



ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

Raça, Racismo e Etnicidade: Conceitos pouco visíveis num contexto pouco visível

RESENDE, Cláudia

Mestre em Criminologia Europeia e Sistemas Criminais de Justiça

CIES-ISCTE

claudia.resende@iscte.pt, macutailunga@gmail.com

Resumo

A partir do momento em que se objectiva o que é subjectivo através de auto ou hetero-atribuições como os conceitos de “raça”, “etnicidade”, “estrangeiro” e da divisão abrangente entre “nacional” e “não nacional”, poder-se-ão estar a fazer demarcações rígidas, simplistas e falaciosas. Mesmo sabendo que estes classificadores possam estar enraizados no que poderemos designar enquanto colonialismo conceptual, o evitamento do uso de um, ou mais do que um, destes conceitos pode ser pernicioso na avaliação quantitativa e qualitativa das realidades sociais sobre as quais nos queremos debruçar analiticamente. Por sua vez, usar apenas um desses classificadores pode ser uma muleta conceptual que poderá resultar na imprecisão da análise.

O valor acrescentado da minha comunicação será trazer esse mesmo debate no âmbito do sistema criminal de justiça, no contexto euro-americano. Demonstrar-se-á que a instrumentalização política e académica que se faz destes conceitos, por uso ou omissão, acaba por potenciar ou enviesar a forma como se pode estudar e / ou intervir (n)as instâncias formais de controlo do crime, nomeadamente, a prisional, nos seus critérios de selectividade e nas suas dinâmicas intrínsecas. Nessa medida, o contexto prisional português receberá particular atenção. A urgência de uma abordagem pluridisciplinar, entre a Psicologia Social, a Antropologia e a Sociologia, uma vez aplicada aos estudos prisionais, em Portugal, vai ser defendida.

Palavras-chave: Raça; etnicidade; racismo; prisão





1. Conceitos pouco visíveis

Os conceitos de “raça”, “nacionalidade” e “etnicidade” são tesouras conceptuais que em si mesmas não respondem ao carácter movediço das (re)construções identitárias do ser humano, bem como às ambivalências e incoerências inerentes às mesmas (Gusmão, 2004; Sansone, 2004; Machado, 2002; Contador, 2001; Rivera, 2000; Hess e Wulf, 1999; Hall, 1996).

Há uma ténue linha de fronteira ou mesmo uma justaposição entre conceptualizar e essencializar, uma vez abordados conceitos que implicam falar da “diferença” (Vale de Almeida, 2007), visto que podemos estar a congelar em forma de conceito o que mutável, plástico e sujeito a circunstancialismos (tempo, espaço, a figura do interlocutor, inter alia). No mesmo atalho, podemos, enquanto investigadores, estar a instrumentalizar e a ser instrumentalizados, num jogo de forças de poder (Vale de Almeida, 2007, 2000; Gilroy, 1996, 1987; Ware, 1996).

O conceito de “raça” tem vindo a ser dissecado por literatura relevante na óptica de o demonstrar como um conceito que se presta facilmente: 1) a uma aceção bicromática, dir-se-á mesmo bipolar (Ware, 1996); 2) à superficialidade do que é mais aparente (Cunha, 2000); 3) à rigidificação (Zatz e Rodriguez, 2006; Wacquant, 2001); 4) a retratar generalizadamente o que merece ser retratado na sua intra-especificidade (Root, 2002; Tatum, 2000; Gilroy, 1996) e 5) a tornar insular o que tem de ser visto numa perspectiva de conjunto (Cunha, 2002; Tonry, 1997; Marshal, 1997). Não obstante as suas limitações, o conceito de “raça” não parece ser tão facilmente driblado. Como enunciou Jackson (2000), as pessoas têm o direito de se querer ver essencializadas. O recente estudo de Paredes (2008) demonstrou que mesmo se tratando de uma raça movente, as respondentes brasileiras auto-classificaram-se com uma definição racial: “o ser negra”, o que confirma a hipótese de Sansone (2004) de que na realidade brasileira, a identificação racial fará mais sentido do que a étnica, estando esta última, muito mais sujeita a *infidelidades* (Sansone, 2004: 255) por parte de quem se classifica através da mesma. Além do mais, “raça” é um atributo facilmente apreendido pelo senso comum, sendo que a sua utilização tem trazido contributos importantes no estudo da estereotipicalidade (Cabecinhas e Amâncio, 2003; Cabecinhas, 2002) e em, última análise, das dinâmicas relacionais (Deschamps, Vala, Marinho, Costa Lopes e Cabecinhas, 2005). Não menos importante: vários são os autores que rejeitam o excessivo pudor no uso deste conceito numa Europa Ocidental Continental (Vala e al., 1999; Tonry, 1997) ao que Vale de Almeida (2000) adiantou ter desembocado num “taboo”. Sendo assim, a falta de filtros étnico-raciais leva a que processos de selectividade institucional fiquem por clarificar, como nos revelam as conclusões e o post-facio do estudo de Seabra e Santos (2005), a propósito do sistema criminal de justiça português.

Relativamente ao conceito de nacionalidade, apesar da sua especificação parecer mais neutral, é uma categoria curta quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Por um lado, há um número indeterminado de pessoas que continuam a viver numa situação de invisibilidade formal, dado que pela situação de clandestinidade em que se encontram (Quintino, 2004) continuam a não ser abrangidas na categoria “nacionalidade”. Do mesmo modo, como sugere Machado (2002) fazendo menção a Sayad, nacionalidade pode ser uma variável híbrida (2002: 102) implicada por percursos de vida de maior ou menor sucesso que não os do próprio titular da nacionalidade. Por outro lado, podendo servir para apresentações estatísticas simplificadoras, pode facilmente descurar quer justaposição de pertenças nacionais, como sejam os detentores de dupla ou tripla nacionalidade (Machado, 2002) quer *nuances* relacionais que decorrem na filigrana das dinâmicas sociais, em que pessoas de idêntica nacionalidade, conhecem situações de discriminação sobejamente diferentes, quer do ponto de vista do racismo formal quer do ponto de vista do racismo informal, tais como os portugueses ciganos e os portugueses não-ciganos (Marques, 2007; Cunha, 2005; Machado, 2000; Vasconcelos, 1998) ou os filhos de imigrantes africanos que podendo ser formalmente portugueses, são, muitas das vezes, no seu quotidiano diário, (re)tratados como estrangeiros (Gusmão, 2004: 155; Machado, 2002). Além do mais, estudos recentes salientam a



complexidade identitária nas suas múltiplas influências das ditas nacionalidades “colonizadoras” que está longe de qualquer purismo e linearidade (Wallace-Murphy, 2006; Ramadan, 2004, 2002; Miranda, 2002; Pereira Bastos, 2000) bem como a das nacionalidades anteriormente colonizadas (Frias, 2006; Villani, 2002). A par disso, as classificações por nacionalidade, colocam em segundo plano, idiosincrasias de ordem regional ou local.

Quanto ao conceito de etnicidade, podendo este ser um eufemismo da designação racial (Vale de Almeida, 2007), o que parecia engavetável num grupo dito de “minoría étnica”, demonstra não ter as fronteiras físicas e simbólicas de outrora (Quintino, 2004; Mota, 2002). Na mesma óptica, a procura científica de espaços etno-específicos em contextos definidos no espaço e no tempo (Leite, 2008; Quintino, 2004) é acompanhada pela constatação de que as zonas de diálogo inter-étnico não são facilmente “geograficáveis”, tendo em conta o inter-fluxo cada vez maior entre o local e o global (Vale de Almeida, 2007; Seabra, 2005; Quintino, 2004; Machado, 2002; Dibie e Wulf, 1998; Gilroy, 1996), o que levou Vale de Almeida (2007) a sugerir a necessidade de quebrarmos o uso de designações redutoras na sua domesticidade e na sua auto-perpetuação do ciclo colonizador, preferindo esse mesmo autor designações como “transculturação” e “in between”. A título de exemplo, o ser falante do crioulo de Cabo-Verde que era identificável como uma herança cultural delegada aos descendentes pelos imigrantes cabo-verdianos pertencentes a uma dada sub-classe social menos privilegiada em contexto de imigração (Saint Maurice, 1997; Resende, 1996), tornou-se um elemento trans-étnico, podendo ser partilhado por aqueles que vivem idênticas situações de “margem” social mas cujos ascendentes pouco terão a ver com as realidades cabo-verdianas *per se* (Contador, 2001). Todavia, a categorização étnica está muito presente na literatura científica quer em detrimento da categorização racial (Fonseca e Neto, 2006; Combessie, 2004; Moreira, 1999; Hebberecht, 1997; Gatti e Al., 1997) quer em paralelo com a categorização racial (Edgar, 2007; Cabecinhas e Amâncio, 2004 a e 200b; Cabecinhas, 2002a, 2002b; Cunha, 2002; Machado, 2002; Wacquant, 2001). Uma última nota (que poderia ser a primeira) a este propósito, para fazer menção a Machado (2002) que a propósito de Etnicidade diz que o conceito em si é curto, dado que vesgo a toda uma dinâmica relacional em que pululam processos de continuidade e contrastes, ao que o autor denominou de “Espaço de Etnicidade” (2002: 35).

Por sua vez, a problematização do racismo é algo que se pode encontrar com relativa frequência na literatura anglo-saxónica quer respectivamente ao sistema criminal de justiça (Edgar, 2007; Philips e Bowling, 2002; Genders e Player, 1989) quer sem particularizar um contexto institucional específico (Essed, 2002; Jackson, 2000). No que diz respeito ao conceito de racismo e atentando particularmente para o caso português, poder-se-á dizer que até muito recentemente, o racismo em Portugal era mais uma reivindicação política e cívica de certos movimentos formalizados, como o movimento associativo, do que objecto de estudo em si mesmo, não obstante, Cunha, em 1994, ter feito uma reflexão a esse propósito nas suas provas de aptidão pedagógica, conforme se pode ler no artigo de sua autoria “A natureza da raça” (2000). Apesar de N’ Ganga ter se debatido, académica (1995) e civicamente, em contra-ciclo, com o mito do “não racismo” dos portugueses, não deixava esse autor de poder parecer, à altura, a “voz negra” da Sociologia, tendo sido uma figura mediatizada o quanto baste. Progressivamente, quer na óptica da Psicologia Social (Cabecinhas, 2002; Miranda, 2002; Vala et al. 2002, 1999; Amâncio, 1998), quer na óptica da Sociologia (Marques, 2007; Machado 2000a e 2000b, *inter alia*) vemos o tema racismo a ser descortinado em sede académica, mesmo para lhe atribuir outros nomes [vide Pina Cabral (1998) que prefere o termo “etnocentrismo” ao de “racismo” ou vide Vala et al. (2002) em que adiantam que o termo hetero-etnicização acompanha, por ventura, melhor, a discriminação racializada implícita, ou seja, a inferiorização das minorias étnicas feita através de traços não necessariamente fenotípicos].

Como refere Hall (1996) o *essencialismo* pode ter sido desconstruído do ponto de vista teórico mas ainda não o foi a um nível político (1996: 249) nem nas representações e práticas sociais do cidadão comum, algo corroborado nos vários estudos de Cabecinhas (2004, 2003, 2002a e 2002b) Cabecinhas e Amâncio (2004a e 2004b). Isto é, os conceitos em si podem ser essencializadores, mas as formas como os grupos nacionais, étnicos e raciais se interpretam não é menos essencializadora (Hoofstede, 2008; Deschamps,



Vala, Marinho, Costa Lopes e Cabecinhas, 2005; Cabecinhas e Amâncio, 2003; Cunha, 2002). Se ao nível das relações inter-grupais, a essencialização do “outro” pode chegar ao ponto da ontologização, o que pode derivar em várias matizes de racismo (Marques, 2007; Deschamps et al., 2005; Vala et al., 2002, 1999), por sua vez, a essencialização auto-grupal não é uma questão secundária (Carvalho, 2006; Seabra, 2005; Cabecinhas, 2002; Wacquant, 2001; Pereira Bastos, 2000).

No que diz respeito à Europa Ocidental Continental, subsistem sérias reservas na utilização de categorias étnico-raciais no tocante ao tratamento estatístico ora pela ambiguidade inerente a esses conceitos, ora pelo trágico impacto histórico do período nazi (Vale de Almeida, 2007; Tonry, 1997). Tal encontra-se espelhado na produção estatística relativa aos sistemas criminais de justiça (Tonry, 1997; Marshal, 1997). O caso português não é exceção, ficando por responder que critérios possam ter interferido para que, não sendo a criminalidade dos estrangeiros assaz diferente da dos portugueses (Seabra e Santos, 2005), haja uma “hiperpenalização” em termos de execução de penas relativamente à dita população estrangeira (Seabra e Santos, 2005; Moraes Rocha, 2001). Tendo por base o acompanhamento estatístico ao nível das nacionalidades, denota-se nos últimos anos, uma crescente tendência do aumento do número de não nacionais nas prisões portuguesas (Moreira/ DGSP, 2006; Seabra e Santos, 2006) e sendo que tal pode estar a par com o aumento de crimes transnacionais, importava saber que outras razões de contexto podem estar a pesar desde as primeiras fases do sistema criminal de justiça, nomeadamente nas forças policiais, até à fase sentencial (Zatz e Rodrigues, 2006; Warner, 2000). Não será demais dizer que países como Portugal que privilegiam a contabilidade numérica tendo em conta as nacionalidades estão assumidamente a sobrestimar a figura do ofensor, parecendo ser neutras as pertenças étnico-raciais do mesmo (Tonry, 1997), bem como as dos diversos operadores do sistema criminal de justiça, assim como da(s) vítima(s) (Zatz e Rodrigues, 2006), quando o tipo de crime permite saber quem foi a pessoa vitimizada. Do atrás dito, não se quer fazer notar qualquer leitura determinística. Em si mesmas, as pertenças étnico-raciais são apenas uma parte do jogo interpretativo do fenómeno da criminalidade. No estudo de caso levado a cabo por Seabra (2005) com menores que se encontravam sob alçada de uma medida tutelar educativa, o investigador utilizou a categorização racial¹, como “pretexto académico” para os entrevistados fazerem analepses às suas histórias de vida e com isso darem conta de vivências específicas, apontamentos críticos ao sistema criminal de justiça, formas de criminalidade contadas na primeira pessoa, as “vítimas preferenciais”, etc., contribuindo assim com uma leitura cruzada, diferenciadora e esclarecedora sobre o fenómeno criminal.

Em suma, quer para reivindicar a visibilidade destes conceitos, quer para desconstruir o seu carácter essencializador, os conceitos de “raça”, “etnicidade”, “racismo” têm vindo paulatinamente a tomar lugar no cenário académico português.

2. Prisão: um contexto pouco visível

Não obstante a entrada sem precedentes da chamada sociedade civil na prisão do contexto euro-americano, fazer investigação académica em meio prisional continua a ser algo muito delimitado mesmo em países com maior tradição científica a estudar as instâncias formais de controlo do crime. A par disso, a prisão do contexto ocidentalizado, foi e é votada a um certo ostracismo, inclusive geográfico (Combessie, 2002), podendo estar em jogo critérios economicistas fundidos com critérios securitários. Posto isso, Coyle (2005) adianta que subsiste um secretismo sobre o ambiente prisional, o que na aceção de Combessie (2004) resulta na invisibilidade intencional dessa mesma instância. O acesso científico à instituição prisional não deixa de ser fortemente condicionado, quer nas possibilidades de permissão de entrada à mesma (Hornsby-Smith, 1995), quer em termos de circulação no seu interior, não necessariamente apenas para proteger o intimismo de quem está recluso. Todavia, é de ressaltar todos os dilemas éticos e metodológicos que se podem colocar ao investigador que ao transitar no espaço prisional está simultaneamente a frequentar o espaço público e privado daqueles que estão sob medida privativa de liberdade e/ ou daqueles que por inerência das funções profissionais passam muitas horas intra-muros (Cunha, 2002; Morris, 1998).



Como partilhava um investigador inglês (Crewe, 2008) num recente encontro científico, um recluso ter-lhe-á questionado se ele (investigador) também não se importaria que ele (recluso) frequentasse a sua sala de estar sem lhe pedir prévia autorização, dado que leia-se, embora mesmo que não haja obrigatoriedade de a população reclusa participar activamente num dado estudo, a circulação e permanência do/a investigador/a depende de várias forças institucionais aquém da pessoa reclusa e de quem trabalha em contexto prisional. Devido a isso, não só por isso ou talvez por isso, as dinâmicas intra-prisionais conseguem criar zonas de opacidade (Rhodes, 2001) como forma de auto-defesa institucional.

3. Conceitos pouco visíveis num contexto pouco visível

A importância de revisitar os conceitos de “raça”, “etnicidade” e racismo” no universo prisional prende-se com o facto de que no interior do mesmo, são (re)criadas estratégias adaptativas identitárias, bem como são mantidas, emoladas ou diminuídas fronteiras de afastamento e aproximação (Cohen, 2006; Cunha, 2005, 2002). Por seu turno, o contexto prisional *per se* pode ajudar a reforçar (pré)-disposições essencializadoras nas relações inter-pessoais / inter-grupais entre reclusos/as (Edgar, 2007; Cunha, 2002; Wacquant, 2001) e entre staff ↻ recluso/as (Edgar, 2007; Cunha, 2005, 2002; Genders e Players, 1989). Além do mais, a literatura anglo-saxónica em termos de estudos prisionais, através de metodologias combinadas [relatórios oficiais e experiência etnográficaⁱⁱ] permitiu detectar tratamentos diferenciados em procedimentos institucionais, designadamente no que diz respeito a medidas disciplinares, tendo por base preconceitos étnico-raciais. Se tivermos em linha de conta que evidência criminológica revela que o contexto prisional é altamente arbitrário (Vacheret e Lemire, 2007), não são despidiendas as questões acima mencionadas. Recorrendo à minha própria experiência profissional enquanto Técnica Superior de Reeducação num estabelecimento prisional português, não deixava sempre de provocar um *frison* interno quando quer por parte de staff prisional uniformizado quer por parte de staff prisional não uniformizado, se poderiam ouvir frasesⁱⁱⁱ como: “Mas esse é cabo-verdiano” [como se por inerência, houvesse uma linear correspondência a um comportamento agressivo ou de maior perigosidade] ou “ (...) Mas é cigana” [Como se a pertença étnica funcionasse em lógica de oposição a traços comportamentais favoráveis anteriormente mencionados]. Se atentarmos na pesquisa etnográfica feita por Cunha (2002) num estabelecimento prisional central especial no distrito de Lisboa, a autora constatou que o staff prisional mormente o staff mais qualificado tenderia, nos seus discursos verbais, a demarcar-se da população reclusa com um discurso mais essencializador^{iv} do que o que foi passível de encontrar nos testemunhos verbais das reclusas envolvidas no estudo, [com especial destaque à estereotipificação negativa feita por parte do staff técnico superior relativamente à dita população cigana (Cunha, 2005; 2002)].

Qualquer essencialização pode ser perniciosa porque reivindica narcisismos grupais / colectivos. Em contexto prisional, a exiguidade de espaço e a saturação da permanência no tempo pode facilmente acirrar potenciais conflitos físicos e / ou verbais que têm por base demarcações essencializadoras entre pares [reclusos] ou entre staff prisional ↻ reclusos (Edgar, 2007; Liebling, 2001; Wacquant, 2001). Porém, há que não menosprezar que em ambiente prisional, a estereotipificação é, em si mesma, reguladora de dinâmicas relacionais e equilibradora de tensões (Genders e Player, 1989) passíveis de acontecer num contexto que se caracteriza como sendo altamente emocional (Crawley, 2004). Evidência científica relativa a estudos prisionais demonstra que a estereotipicalidade (sobretudo a de conotação negativa) feita pelos diferentes grupos do staff prisional, no fundo, não é mais que uma forma de manter a distância social (Cunha, 2002) com os reclusos/as, tornando-se um escudo securizante e um mecanismo de auto-defesa (Liebling, 2001; Genders e Player, 1989) de molde a saberem lidar com um contexto adverso e singular como o meio prisional. O busílis é que muitas vezes essa estereotipicalidade (o mais das vezes, negativa) pode estar a mediar pareceres técnicos tidos como relevantes na atribuição de medidas de flexibilização, tocando num dos bens maiores que é a liberdade do ser humano. Não se quer assim apelar a nenhum facilitismo na avaliação e muito menos evocar qualquer forma de paternalismo relativamente à pessoa reclusa. O que se pretende sublinhar é que há um desequilíbrio de forças de poder - que tem inerentemente de existir até por forma a corresponder às finalidades subjacentes a uma medida privativa de liberdade - entre os que



avaliam e os que são avaliados, entre os que orientam e os que são orientados, entre os que “reeducam” e os que são “reeducados”, o que reforça as lógicas desiguais muitas vezes presentes no jogo da “diferença”. Por tudo isso, devem ser acautelados e evitados os momentos institucionais radicados na *agnosis*, até porque tal poderá a levar a um efeito de marginalizações em cascata (Combessie, 2002).

Na mesma linha, devem ser prevenidos, diluídos e dirimidos comportamentos entre reclusos/as que tenham por base implícita ou explícita discriminação étnico-racial (Edgar, 2007; Wacquant, 2001; Genders e Player, 1989). Vejamos em maior detalhe o substancial trabalho etnográfico de Cunha (2002) - pese embora circunscrito à realidade prisional portuguesa feminina^v e à composição sociográfica dos fins de 90's - em que a autora menciona que o seu trabalho de campo lhe faz pensar que a categorização racial/étnica é pouco relevante uma vez aplicada ao contexto prisional, na medida em que as reclusas reclamavam uma unicidade inter-pares motivada por uma idêntica situação de reclusão acrescida do facto de serem mormente oriundas do mesmo tipo de bairros periféricos das grandes zonas urbanas do país, bairros esses vinculados isso sim por relações de narcotráfico (Fernandes, 1997). Todavia, no mesmo estudo, Cunha (2002) adianta que várias reclusas ao retratar as reclusas de pele mais escura, classificavam-nas como “cabo-verdianas”^{vi} independentemente da origem destas últimas ser de Angola, Guiné Bissau, etc. Nessa medida, as primeiras evocavam um discurso generalizante e essencializador mas tendo por base um marco étnico e não racial. Mas não estaremos aqui perante as situações descritas por Vala e al. (2002; 1999) em que etnicizar é uma forma mais velada, mais socialmente aceite de racializar? Não estariam as reclusas a se essencializar entre si num híbrido entre racialização e etnicização, conforme nos sugere Sansone (2004)? Voltando à relação staff ↔ reclusos, quando Genders e Player (1989) estão a ouvir um testemunho de um guarda prisional que parece estar a ter um discurso mais reactivo sobre os reclusos “negros” do que sobre os reclusos “indianos”, em dado momento, as autoras percebem que essa reactividade tinha mais a ver com uma crítica às políticas de imigração que segundo este agente profissional tinham permitido uma “invasão” à sociedade britânica. Ou seja, o problema ali suscitado era mais macro do que micro e aqueles reclusos eram apenas o mote para uma crítica social mais abrangente, podendo inclusive estar a partir de falsas questões, ou seja, a designada comunidade indiana pode estar menos dependente dos circuitos oficiais britânicos do que outros grupos étnico-raciais e só por isso menos visível.

O meio prisional é rico em termos de matéria sociológica, psicossociológica, antropológica, etc. pela sua mesmidade institucional com outras instâncias em meio livre (em que existem espaços de lazer, de trabalho, espaços escolares e formativos) e pela sua atipicidade institucional (no seu simultâneo carácter disciplinador com um carácter reeducativo / reabilitativo). O facto de os que se encontram sob medida privativa de liberdade, viverem numa situação forçada, sendo menor a capacidade de escolha de com quem se partilha a zona residencial (leia-se a zona das celas) levará a potenciar ou amenizar focos de racismo? Estas e outras respostas ainda não podem ser dadas à luz de bibliografia relevante, no que diz respeito ao universo prisional português. O importante a reter aqui, é que a prisão sendo uma instância particular, não é um meio em si extraordinário, o que faz com que dinâmicas intra e inter-grupais revelarão muito possivelmente relações de *continuum* do que ocorreria em meio livre.

Num dos raros estudos feitos em contexto prisional português tendo em conta um ângulo étnico, Fonseca e Neto (2006) confirma que o factor “etnicidade” é relevante ao se debruçarem sobre a atitude dos reclusos ciganos e dos reclusos não ciganos face ao ensino recorrente em vários estabelecimentos prisionais portugueses. Nesse mesmo estudo, Fonseca e Neto (2006) demonstram, a título de exemplo, que o nível de auto-confiança na frequência escolar é maior nos “não ciganos” do que nos “ciganos”^{vii}. Há, muito certamente, um *continuum* de preferências e opções individuais / grupais que são transportadas do meio livre. A prisão pode conseguir - e muitas vezes consegue - inverter situações de desinserção social (Resende, 2007, 2006; DGSP, 2005-2006; Moreira/DGSP, 2006; Moreira, 1999), por isso são mister estudos feitos no seu âmbito. No estudo feito por Moreira (1999) sobre população cigana em meio prisional, pese embora de teor estatístico, foi sugerida a urgência de se estudar a filigrana das dinâmicas prisionais salvaguardando a especificidade étnica que existe no panorama prisional português. Como nos descreve Gonçalves (2007) não há formação especializada para uma intervenção mais sensibilizada e atenta a



necessidades específicas de certos grupos étnicos, o que faz com que o funcionário prisional aprenda a fazê-lo no ónus das suas funções. Por outro turno, Resende (2004) sublinhou a importância de o staff prisional [e em particular, o/a Técnico Superior de Reeducação] dever estar internamente disponível para conhecer melhor aqueles que supostamente reeduca, no seu entendimento sócio-grupal.

Como faz saber Cunha (2002) a categorização raça/ etnicidade podem não explicar por si só as dinâmicas de sociabilidade intra-prisionais. Todavia, o próprio estudo de Cunha (2002) é ilustrador de como aceções essencializadoras transpiram na realidade intra-prisional.

4. Considerações conclusivas

No contexto euro-americano, assistimos a uma tendência para uma maior severidade penal relativamente a grupos de nacionalidades estrangeiras e das chamadas minorias étnico-raciais que ocupam, crescentemente, os contextos prisionais (Bruhn, Lindberg e Nylander, 2008; Cére, 2007; Vam Kalmthout et al., 2007; Gonçalves, 2007; Seabra e Santos, 2006; Combessie, 2004; Khosrokhavar, 2004; Wacquant, 2001, Garland, 2001). Perante tal, 1) ao nível da produção do saber, dever-se-ia fomentar maior conhecimento científico sobre as dinâmicas étnico-raciais entre recluso/as e entre staff ↻ reclusos/as (Edgar, 2007; Cunha, 2005, 2002; Wacquant, 2001; Genders e Player, 1989) e sobre a relação entre raça, etnia e racismo e a oferta institucional prisional existente (Neto, 2006; Moreira, 1999) ou 2) ao nível da intervenção, 2.1.) as experiências inglesa e sueca fizerem injectar staff prisional com pertenças étnicas e raciais mais próximas à composição sociográfica existente e 2.2.) a experiência inglesa converteu o conhecimento científico em possibilidades concretas de mediação.

Se como foi dito, a *prisão*, em si mesma, já é um contexto pouco visível e com tanta opacidade, será importante estudar, tanto quanto possível, a filigrana das dinâmicas intra-prisionais (com tudo o que toca o meio livre) através de filtros mais finos que levem a um maior entendimento do que ocorre nas mesmas. É certo que, com isso, pode estar a sempre a abrir-se uma “Caixa de Pandora”, isto é, staff prisional e reclusos/as podem aproveitar para instrumentalizar investigadores/as com discursos coitadificadores e desculpabilizantes empolando eventuais utilizações de linguagens essencializadoras dirigidas a si / grupo de pertença.

Como acima descrito, os próprios conceitos de “raça”, “eticidade”, “nacionalidade” e “racismo” estão eivados de ambiguidades várias e por certo, têm de ser vistos num puzzle de outros conceitos e dinâmicas sociais (Cunha, 2002; Machado, 2002; Tonry, 1997; Marshall, 1997; Gender e Players, 1989). Mas aí compete aos investigadores, operacionalizar esses mesmos conceitos nas suas potencialidades e limites.

Não abdicando da postura universalista que caracteriza a fase da execução de penas, conforme em Portugal, o sistema prisional português poderia ter muito a ganhar se fomentasse a aplicação dos estudos que estão a começar a ser feitos nas diversas disciplinas humanas e sociais, no que diz respeito ao estudo das relações intra e inter-grupais. Se tal como sugeriu Neto (2003), Portugal se tem subestimado enquanto laboratório natural da psicologia intercultural (2003: 74), o meio prisional português não tem sido excepção. Em Portugal, a produção científica que cruze especificidades intra e inter-grupais no que diz respeito a dinâmicas étnico-culturais/ étnico-raciais em ambiente prisional^{viii} é ainda pouco visível (Resende, 2008). Da investigação científica entretanto já produzida (Gonçalves, 2007; Fonseca e Neto, 2006; Cunha, 2005, 2002; Moreira, 1999), caberia às entidades competentes fazer emaná-la para a intervenção dita reabilitativa e para as respostas ditas ressocializadoras. Geralmente, este passo institucional também é pouco visível.



Bibliografia

AMÂNCIO, Lúgia (1998); "Sexismo e Racismo – Dois exemplos de exclusão do Outro" em « Nós e os Outros: A exclusão em Portugal e na Europa », Gomes de Araújo, Henrique, Santos Paula Mota e Seixas, Paulo Castro (Coords.); Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

BRUHN, Andres, LINDBERG, Odd e NYLANDER, Ake (2008); "Prison Officers work identity, work culture and work satisfaction: Some prel results from a Swedish study" em First International Conference on Prison Officers and Prison Culture, Orebro University, Sweden, 21 a 22 de Maio

CABECINHAS, Rosa e AMÂNCIO, Lúgia (2004a); "Estereótipos sociais e assimetria simbólica: Três estudos com jovens angolanos e portugueses", Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 16 a 18 de Setembro

----- (2004b); "Dominação e Exclusão: Representações sociais sobre minorias raciais e étnicas", Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Universidade do Minho, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004

CABECINHAS, Rosa (2004); "Representações sociais, Representações inter-grupais e cognição social", *Paidéia*, Vol. 14, 28, pp. 125-137

CABECINHAS, Rosa e CUNHA, Luís (2003); "Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro'", *Estudos do Século XX*, 3, pp. 157-184

CABECINHAS, Rosa e AMÂNCIO, Lúgia (2003); "A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico", Comunicação apresentada À III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Maison des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2 a 5 de Setembro

CABECINHAS, Rosa (2002a); "Racismo e Etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias", UMINHO

----- (2002b); "Media, etnocentrismo e estereótipos sociais" em "As Ciências da Comunicação na Viragem do Século", Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação, Lisboa, Veja, pp. 407-418

Carvalho, Francisco (2006), "O lugar dos negros na imagem de Lisboa", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 52, pp. 87-108.

CÉRE, Jean-Paul (2007); "La prison", Éditions Dalloz

COHEN, Anthony (Ed.) (2000); "Signifying Identities – Anthropological perspectives on boundaries and contested values", Routledge

COSTA, Francisco Lima (2004); "Fronteiras da Identidade: o caso dos macaenses em Portugal e em Macau", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 46, pp. 133-160

COMBESSIE, Philippe (2004); "La sociologie de la prison", Éditions La Decouverte

----- (2002); "Making the Carceral Boundary: Penal stigma in the long shadow of the prison", *Ethnography*, 3, pp. 535 a 555

CONTADOR, António Concorde (2001); « Cultura Juvenil Negra em Portugal », Celta

COYLE, Andrew (2005); "Understanding prisons – Key issues in policy and practice", Open University Press

CRAWLEY, Elaine (2004); "Doing Prison Work – The public and private lives of prison officers", Willan Publishing, UK, USA and Canada

CREWE, Ben (2008); « Prison Staff, Power and Prisoner Culture » em First International Conference on Prison Officers and Prison Culture, Orebro University, Sweden, 21 a 22 de Maio



- CUNHA, Manuela Ivone (2005); « Les gitans, la prison et le quartier : une relation spécifique devenue le modèle ordinaire », *Études Tsiganes*, pp. 34 a 47
- (2002); “Entre o bairro e a Prisão: Tráfico e Trajetos”, *Fim de Século*
- (2000); “A natureza da ‘raça’ ”, *Cadernos do Noroeste: Série sociologia, sociedade e cultura*, Universidade do Minho, pp. 191-203
- DESCHAMPS, Vala, J., Marinho, C., Costa Lopes R. e Cabecinhas, R. (2005); “Intergroup relations, racism and attribution of natural and cultural traits”, *Psicologia Política*, nº 30, pp. 27-39
- DGSP; “Relatório de Actividades 2005-2006”
- DIBIE, Pascal e WULF, Christoph (1998) (Sous la direction de); “Ethnosociologie des échanges interculturels », *Anthropos*
- EDGAR, Kimmett (2007); “Black and minority ethnic *prisoners*” in Jewkes, Yvone (Ed.), “Handbook on Prisons”, Willan Publishing
- ESSED, Philomena (2002); “Everyday Racism: A new approach to the Study of Racism” in Essed, Philomena e David Theo Goldberg (eds.), “Race Critical Theories”, Blackwell Publishing
- FERNANDES, Luis (1997); “Etnografia Urbana das Droga e do Crime”, Vol. 10, Coleção Drogas e Crime, GPCCD
- FRIAS, Sónia (2006); “Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira?”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa
- FONSECA, Cristina e Félix Neto (2006); “Atitudes dos reclusos ciganos e não ciganos face ao ensino recorrente” em *Psicologia, Educação e Cultura*, vol. X, nº 2, pp. 329-352
- GALISSOT, René, Kilani, Mondger e Rivera, Annamaria (2000); « L’imbroglio ethnique – En quatorze mots clés », Éditions Payot Lausanne
- GARLAND, David (2001); “Mass Imprisonment: Social Causes and Consequences”, Sage
- GATTI, Uberto e Al. (1997); “Minorities, Crime and Criminal Justice System in Italy” em Marshal, Ineke Haen (Ed.) (1997); “Minorities, Migrants, and Crime – Diversity and Similarity across Europe and the United States”, Sage Publications
- GENDERS, Elaine e Player, Elaine with the assistance of Valerie Johnston (1989); « Race Relations in Prisons », Clarendon Press
- GILROY, Paul (1996); “Route work: the black atlantic and the politics of exile” em “The post-colonial question – Common Skies, Divided Horizons”, Iain Chambers e Lidia Curti (eds.), Routledge
- (1987); “There are no Black in the Union Jack”, Routledge
- GONÇALVES, Rui Abrunhosa (2007); “Portugal” em “Foreigners in European Prisons” – Volume 2, A.M. Vam Kalmthout, F.B.A.M.; der Meulen, Hofstee-van e Dunkel, F., Wolf Legal Publishers
- GRASSI, Marzia (2003); “Rabidantes – Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo-Verde”, ICS
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (2004); “Os filhos da África em Portugal – Antropologia, multiculturalidade e educação”, ICS
- HALL, Stuart (1996); “When was the ‘post-colonial’? Thinking at the limit” em “The post-colonial question – Common Skies, Divided Horizons”, Iain Chambers e Lidia Curti (eds.), Routledge



- HEBBERECHT, Patrick (1997); "Minorities, Crime and Criminal Justice System in Belgium" em Marshal, Ineke Haen (Ed.) (1997); "Minorities, Migrants, and Crime – Diversity and Similarity across Europe and the United States", Sage Publications
- HESS, Remi e Wulf, Christoph (1999); "Parcours, Passages et Paradoxes de l'Interculturel", *Anthropos*
- HOOFFSTEDE, Geert (2008); "Culture, Corporations and Society", Auditório ISCTE, INDEG/ ISCTE, 15 de Maio
- HORNSBY-SMITH, Michael (1995); "Gaining Access" in "Research Social Life", Nigel Robert (Ed.), Sage
- Ifeekwunigwe, Jayne O. (2004); "Mixed Race Studies' – A Reader", Routledge
- INGLIS, David (2007); "The Warring Twins: Sociology, Cultural Studies, Alterity and Sameness", *History of Human Sciences*, Vol. 20, nº 2, pp. 99 a 122
- JACKSON, Peter (2000); "Race and Racism" in "Research Training for Social Scientists", Burton, Dawn (Ed.), Sage Publications
- LIEBLING, Alison and David Price (2001); "The Prison Officer", First published by Prison Service Journal, Great Britain
- MACHADO, Fernando Luís (2002); « Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos guineenses em Portugal », Celta Editora
- (2000 a); "Contextos e Percepções de racismo no Quotidiano", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 36, pp. 53 a 80
- (2000 b); "Os novos nomes do racismo: Especificação ou inflação conceptual?", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, pp. 9 a 44
- MARQUES, Filipe João (2007); "Do 'não racismo' português aos dois racismos dos portugueses", OI – Alto Comissariado e Diálogo Inter-cultural – Coleção Teses
- MARKOWITZ, Michael W. e Jones-Brown, Dolores D. (2000); "The System in Black and White – Exploring the connections between Race, Crime and Justice", Praeger Publishers
- MARKOWITZ, Michael (2000); "Theoretical Explanations of the Nexus between Race and Crime" in Markowitz, Michael W. e Jones-Brown, Dolores D. (2000); "The System in Black and White – Exploring the connections between Race, Crime and Justice", Praeger Publishers
- MARSHAL, Ineke Haen (Ed.) (1997); "Minorities, Migrants, and Crime – Diversity and Similarity across Europe and the United States", Sage Publications
- MIRANDA, Joana e JOÃO, Maria Isabel (org.) (2006); "Identidades nacionais em debate", Celta
- MIRANDA, Joana (2002); "Identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os Portugueses e os Outros", UABERTA
- MORAES Rocha, João Luis (2001); "Reclusos Estrangeiros – Um estudo exploratório", Almedina
- MOREIRA, J. J. Semedo / DGSP (2006); "Estatísticas prisionais - 2005 - Apresentação e Análise"
- MOREIRA, Semedo J.J. (1999); "Ciganos na prisão: Um Universo diferente?", *Temas Penitenciários*, Série II, 2, pp. 5 a 18
- MORRIS, Norval (1998); "The Contemporary Prison: 1965-Present" em "The Oxford History of the Prison – The practice of punishment in Western Society", Oxford University Press, pp. 202 a 231
- MOTA, Guilhermina (2002) (Coord.); "Minorias Étnicas e Religiosas em Portugal – História e actualidade", Actas – Curso de Inverno decorrido no Instituto da História Económica e Social – Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra, 9 a 11 de Janeiro



- NETO, Félix (2003); “Estudos da Psicologia Intercultural – Nós e os Outros”, Fundação Calouste Gulbenkian
- N’GANGA, João Paulo (1995); “Preto no Branco – A Regra e a Excepção”, Edições Afrontamento
- PAREDES, Margarida (2008); “Que negra é esta? Mulher, negra, brasileira e imigrante em Portugal” em Congresso Internacional “Europe in Black and White/ Europa a Preto e Branco”, Faculdade de Letras, 12 a 14 de Maio
- PENEDO, Rita Baptista (2005); “Justiça: Significados e Avaliações para três grupos de imigrantes em dois espaços territoriais: países de origem e Portugal” com António Pedro Dores (Coord.)
- PEREIRA BASTOS, José Gabriel (2000); “Portugal Europeu – Estratégias Identitárias Inter-nacionais dos Portugueses”, Celta
- PEREIRA BASTOS, José Gabriel e Pereira Bastos, Susana (1999); “Portugal Multicultural”, Ed. Fim de Século / Antropológica
- PINA CABRAL, João (1998); “Racismo ou etnocentrismo?” em « Nós e os Outros: A exclusão em Portugal e na Europa”, Gomes de Araújo, Henrique, Santos Paula Mota e Seixas, Paulo Castro (Coords.); Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
- PHILLIPS, Coretta e Bowling, Ben (2002); “Racism, Ethnicity, Crime and Criminal Justice” in “The Oxford Handbook of Criminology”, Maguire, Mike, Morgan, Rod e Reiner, Robert (eds.), Oxford University Press
- QUINTINO, Maria Celeste Morgado (2004); “Migrações e Etnicidade em terrenos portugueses – Guineenses: estratégias de invenção de uma comunidade”, Universidade Técnica de Lisboa, ISCP
- RAMADAN, Tariq (2004); “Western Muslims and the future of Islam”, Oxford University Press
- (2002); « To be a European Muslim », The Islamic Foundation
- RESENDE, Cláudia (2008); “In search of an ethno-sociological approach within prison environment: The Portuguese Case” no painel “Representations of Race and Blackness in White Europe” do Congresso Internacional “Europe in Black and White/ Europa a Preto e Branco”, Faculdade de Letras, 12 a 14 de Maio
- (2008); “Normalização: Um conceito chave na filigrana das dinâmicas prisionais” in “Aquém e Além da Prisão”, Manuela Ivone Cunha (org.), Ed. Noventa Graus
- (2007); “Staff prisional: Os outros reclusos. A sua importância nos processos de reinserção dos reclusos”, Comunicação apresentada no painel “Prisões e Reinserção Social” em “IX Colóquio de Sociologia - Dois Dias de Crime”, Universidade do Minho, 27 e 28 de Novembro
- (2006); “Rehabilitation within prison: a comparative study under the scope of prison reform and proposals of prison reform in Belgium and in Portugal”, *Socius*, Working Paper, nº 9
- (2004); “A Comunidade Cabo-verdiana na Diáspora. Enfoque: Os filhos dos imigrantes cabo-verdianos em contexto prisional” no painel “As famílias na Sociedade e na Saúde” no Congresso “A Comunidade Cabo-Verdiana na Diáspora”; FASCP, Lisboa, 31 de Julho
- (2002); “Experiências com População Prisional Preventiva” no Iº Congresso de Voluntariado em Meio Prisional, Tires, Abril
- (1996); “As (Re)Construções identitárias dos filhos dos imigrantes cabo-verdianos implicados no associativismo étnico-juvenil”, Monografia de final de curso, FCSH-UN
- RHODES, Lorna A. (2001); “Towards an Anthropology of prisons”, *Annual Rev. Anthropology*, 30: 65-83
- ROOT, Maria P. P. (2002); “A bill of rights for radically mixed people” in Essed, Philomena e David Theo Goldberg (eds.), “Race Critical Theories”, Blackwell Publishing
- SAINT MAURICE, Anne (1997); “Identidades Reconstruídas: A comunidade cabo-verdiana em Portugal”, Celta



- SANSONE, Livio (2004); "Negritude sem Etnicidade – O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil", Edufba
- SEABRA, Hugo Martinez de, e SANTOS, Tiago (2006); "Reclusos Estrangeiros em Portugal – Esteios de uma Problematização", OI - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas – Coleção Teses
- (2005); « A criminalidade de estrangeiros em Portugal – Um inquérito científico », Vol. 13, OI - ACIME
- SEABRA, Hugo Martinez de (2005); "Delinquência a Preto e Branco", OI – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas – Coleção Teses
- TONRY, Michael (Ed.) (1997); "Introduction" in "Ethnicity, Crime and Immigration – Comparative and Cross National Perspectives", The University of Chicago Press, Chicago and London
- VACHERET, Marion e Lemire, Guy (2007); "Anatomie de la Prison Contemporaine", Les Presses de l'Université de Montréal
- VALA, Jorge, BRITO, Rodrigo e LOPES, Diniz (2002); "Cultural differences and hetero-ethnicization in Portugal: The perceptions of white and Black People", *Portuguese Journal of Social Science*, Number 2, pp. 111 a 128
- (1999); "Expressões dos Racismos em Portugal"; ICS
- Vale de Almeida, Miguel (2007); "Da diferença e da desigualdade: Lições da Experiência Etnográfica" in "A urgência da Teoria – O estado do Mundo", Fundação Calouste Gulbenkian, Tinta da China
- (2000); "Um mar da cor da Terra – Raça, Cultura e Política de Identidade", Celta
- (1997); "Ser Português na Trinidad: Etnicidade, Subjectividade e Poder", *Etnográfica*, Vol. 1, pp. 9 a 31
- VAM KALMTHOUT, A. M., F.B.A.M.; der Meulen, Hofstee-van e Dunkel, F. (2007), "Foreigners in European Prisons" – Volume 1 e 2, Wolf Legal Publishers
- VASCONCELOS, Pedro Bacelar de (1998); « Racismo e xenofobia : a comunidade cigana em Portugal » em « Nós e os Outros: A exclusão em Portugal e na Europa », Gomes de Araújo, Henrique, Santos Paula Mota e Seixas, Paulo Castro (Coords.); Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
- VERMEULEN, Hans (2001); "Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura", Edições Colibri / Socinova
- VILLANI, Jacopo (2002); «Capo Verde: Le Origini della Comunità dell'arcipelago e la nascita di una specifica identità culturale », Tesi di Laurea in Geografia politica ed económica, Università degli studi di Trieste
- WACQUANT, Loic (2002); "The curious eclipse of prison ethnography in the age of mass incarceration", *Ethnography*, Vol. 3 (4), pp. 371 to 397
- (2001); "Deadly symbiosis: When Ghetto and Prison meet and mesh", *Punishment and Society*, vol. 3, pp. 95 a 134
- WALLACE-MURPHY, Tim (2006); "What Islam did for us – Understanding Islam's contribution to western Civilization", Watkins Publishing
- WARE, Vron (1996); "Defining forces: "Race", Gender and Memories of Empire" em "The post-colonial question – Common Skies, Divided Horizons", Iain Chambers e Lidia Curti (eds.), Routledge
- ZATZ, Marjorie S. e RODRIGUEZ, Nancy (2006); "Conceptualizing Race and Ethnicity in Studies of Crime and Criminal Justice System" in "The many colors of crime – Inequalities of Race, Ethnicity, and Crime in America", Peterson, Ruth D., Lauren J. Krivo e John Hagan (Eds.), New York University Press

- i Mesmo que forçada, como no caso de colocar os estrangeiros sob a designação “black” – pese embora sublinhe-se anuência dessa classificação por parte dos envolvidos.
- ii Ou *quasi etnográfica*, como sugere Rhodes, 2001: 77
- iii Frases que poderiam ser exteriorizadas quer na preparação de eventos sócio-culturais quer em sede de avaliação sobre medidas de flexibilização
- iv Carregando o que Cunha classificou como a “ideia de cultura” (2002: 298) com o seu “potencial reificante” (2002: 298)
- v O que dificulta ou impossibilita extrapolações ao universo prisional masculino, em virtude de por essência ser um estudo de caso.
- vi Por outro turno, Cunha (2002) e Machado (2002) sublinham a carga emocional que era dada à categoria étnico/ nacional de *se ser* ou *ser designado como se fosse* cabo-verdiano: nos fins de 90’s os media associavam permanentemente a imagem do cabo-verdiano à criminalidade violenta além de representarem, à data, o maior grupo de imigração em Portugal. Ora, com esta classificação essencializadora, que fixa o que nem sequer é, que efeitos podem ser provocados em quem se possa sentir diminuído ou diabolizado em categorias massificadoras? E como é que tal releva nas demais relações de sociabilidade intra-prisionais?
- vii Embora possa ser pantanosa a categorização: ciganos/ não ciganos, em virtude desta categoria agregar, em si mesma, diferentes pertenças grupais.
- viii O contexto prisional é aqui entendido também nas suas múltiplas relações com o *extra-muros*.